

Santa Catarina reproduz tainhas em cativeiro

Em um projeto inovador no Brasil, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Epagri obtiveram sucesso na produção de alevinos de *Mugil liza* em cativeiro. Esse é o primeiro resultado do projeto Tecnologia para a produção comercial da tainha no Estado de Santa Catarina, criado com o objetivo de viabilizar o cultivo da espécie em viveiros. “A proposta é desenvolver e aprimorar técnicas de maturação, reprodução, larvicultura e cultivo da espécie em cativeiro no Estado”, explica Sérgio Winckler da Costa, oceanógrafo da Epagri e coordenador do projeto.

O trabalho é dividido em duas etapas. A primeira, que previa a investigação do processo de produção de juvenis de tainha, teve os resultados apresentados em abril, quando um lago em Jaguaruna foi povoado com 100 exemplares com peso médio de 150g. A segunda etapa é a avaliação de sistemas de recria e engorda.

O objetivo da pesquisa é fazer da tainha uma alternativa de cultivo para os viveiros de camarão do Estado, que foram desativados depois da infestação com o vírus da mancha-branca, a partir de 2005. “Na época eram 115 fazendas com área de 1.500ha. Parte delas acabou sendo convertida para outras atividades, restando cerca de 1.000ha com possibilidade de uso para cultivo de

outras espécies, incluindo a tainha”, comenta Winckler.

O cultivo da tainha em viveiros já é realizado em países como Taiwan, Egito e Itália, porém, com outra espécie, a *Mugil platanus*. No Brasil, o cultivo ainda não existe pela indisponibilidade de alevinos. “Esse trabalho vai gerar um conjunto de informações sobre captura, transporte, indução a desova, larvicultura e berçário da tainha *Mugil liza* em Santa Catarina. A tecnologia será transferida para empresas do Estado, que poderão utilizá-la abrindo portas para geração de emprego e renda”, destaca o pesquisador.

Nascidas em laboratório

Em 2014, a equipe fez 18 capturas de 68 tainhas nos municípios de Laguna, Jaguaruna e Penha. “Essa etapa foi importante para definir procedimentos de captura, manejo, anestesia e transporte para tentar minimizar ao máximo as injúrias à tainha”, conta Winckler. O pesquisador explica que, para obter sucesso na reprodução, as fêmeas têm que estar com as ovas prontas, o que só pode ser verificado em laboratório. Só então é possível realizar a indução da desova com hormônios.

A desova pode ocorrer naturalmente ou por extrusão (pressão na região

ventral do peixe). No laboratório, foram realizadas dez induções, obtendo duas larviculturas, das quais apenas uma foi viável. O resultado desse esforço foi a produção de 1.440 juvenis.

Agora os pesquisadores vão trabalhar para produzir pelo menos 100 mil alevinos ainda em 2015. A etapa seguinte do projeto prevê a definição de um pacote tecnológico para recria e engorda com avaliação técnica e econômica do cultivo.

Também participam do projeto o Sindicato da Indústria da Pesca, dos Armadores e da Aquicultura da Grande Florianópolis e Sul Catarinense (Sinpesca Sul), a Atlântico Sul Maricultura, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).■

Capturas em baixa

A tainha é uma espécie marinha com grande importância econômica, social e cultural no Sul do Brasil. De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura, ela está entre as 11 espécies mais capturadas no País. Nos últimos anos, porém, as capturas, que ocorrem de maio a julho, têm ficado abaixo das safras anteriores.

Isso ocorre porque, além da carne, as ovas da tainha são bastante apreciadas e têm alto valor de mercado. A captura de peixes com ovas, voltada especialmente para a exportação, prejudica a reprodução natural da tainha. De acordo com Sérgio Winckler, o cultivo comercial poderia reduzir o esforço da pesca e até permitir o repovoamento de ambientes naturais. A espécie também pode ser usada como isca viva para a pesca do atum.



Foto: Lapmar/UFSC

Objetivo da pesquisa é viabilizar o cultivo da espécie em viveiros

OIE reconhece SC e RS livres de peste suína clássica

Santa Catarina e Rio Grande do Sul receberam certificação internacional como zona livre de peste suína clássica pela Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE). O documento foi entregue no fim de maio durante a 83ª Assembleia Mundial da OIE, em Paris, na França. Essa é a primeira vez que a entidade certifica países ou zonas livres da doença. Os dois estados do sul são a única região do Brasil e uma das poucas do mundo com esse reconhecimento.

“Temos uma condição diferenciada em relação aos outros estados brasileiros e isso é determinante para a conquista e a manutenção de mercados internacionais para a nossa carne suína”, comenta o secretário da agricultura em Santa Catarina, Moacir Sopelsa. Essa é a segunda certificação internacional que garante a excelência sanitária do rebanho catarinense. Desde 2007, a OIE reconhece o Estado como zona livre de

febre aftosa sem vacinação.

A peste suína clássica é causada por um vírus que provoca febre e hemorragia em diversos órgãos, com elevada taxa de mortalidade em leitões. Ela ocorria com frequência no sul do Brasil até a década de 1980, mas já faz 25 anos que não há registro da doença no rebanho catarinense. O Estado mantém um rigoroso controle da sanidade animal por meio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e do Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (Icasa), com a participação de criadores e entidades ligadas ao setor.

Santa Catarina é o maior produtor e exportador nacional de carne su-

ína. São 10 mil criadores integrados às agroindústrias e independentes, que produzem cerca de 850 mil toneladas de carne por ano. Com rebanho efetivo estimado em 7,9 milhões de cabeças, o Estado responde por aproximadamente 35% das exportações brasileiras. ■



Foto: Nilson Teixeira/Epagri

Expectativa é que a certificação abra portas para o mercado internacional

Porto de São Francisco do Sul ganha monitoramento marítimo

O Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (Epagri/Ciram) firmou contrato com o Porto de São Francisco do Sul para monitoramento de maré e corrente marítima na Baía da Babitonga. Pelo contrato, a Epagri vai instalar, monitorar o funcionamento e dar manutenção aos equipamentos. Também será confeccionado

um site na internet, que ficará hospedado no portal da Epagri/Ciram, para visualização das medições em tempo real.

Segundo os técnicos do porto, há uma tendência de os navios cargueiros serem cada vez maiores. Como a Baía da Babitonga não é muito profunda, algumas vezes as operações de atracamento são realizadas no limite da maré necessária. “Por isso, é muito importante que se conheça

a maré meteorológica na região em tempo real”, informa Matias Boll, pesquisador da Epagri que coordena o projeto.

Ele explica que a maré astronômica é a maré prevista por meio do cálculo de médias harmônicas e amplamente divulgada nas tabelas da Mari-

nha do Brasil para os principais portos do País. A maré meteorológica, por sua vez, é o conjunto da maré astronômica e das condições meteorológicas (chuva, vento, pressão etc.) prevalentes no local. Em outras palavras, essa é a maré que ocorre no local onde está instalado o marégrafo. O seu valor é acessível apenas por meio da instalação de um marégrafo de precisão.

A consulta ao site da Epagri/Ciram permite observar *on-line* os valores da maré meteorológica de São Francisco do Sul por qualquer computador conectado à internet. Em breve será instalado um correntômetro para medir a corrente marítima na localidade. A Epagri/Ciram pretende ainda trocar os marégrafos atuais por equipamentos mais modernos, que serão capazes de fazer medições por radar.

A página de monitoramento será aberta ao público em geral, por isso as informações poderão ser usadas também por pescadores, aquicultores, praticantes de esportes aquáticos e turistas. ■



Foto: Everton Blainski/Epagri

Profundidade da Baía da Babitonga pode dificultar atracamento de embarcações maiores

Epagri reativa banco de germoplasma de cebola

Uma parceria entre a Epagri e a Embrapa Clima Temperado, de Pelotas (RS), viabilizou a reativação do banco de germoplasma de cebola da Estação Experimental de Ituporanga. Ainda em 2014, a Estação enviou quatro pesquisadores a Pelotas para discutir e viabilizar a parceria entre as instituições e possibilitar a transferência de materiais genéticos. Em janeiro deste ano, o banco foi reativado.

Embora a Estação já contasse com a estrutura física necessária e alguns materiais genéticos ainda estivessem preservados, o trabalho nessa área precisava ser retomado. “A parceria com a Embrapa está sendo importante porque aproximou os grupos de pesquisa das duas instituições, permitindo a troca de experiências. Além disso, eles estão ajudando a enriquecer nosso banco com o envio de materiais”, destaca o pesquisador Daniel Pedrosa Alves.

Hoje o banco da Epagri conta com cerca de 30 acessos (materiais genéticos distintos). A Embrapa já forneceu três acessos e deve enviar outros ainda neste ano. Todos são do sul do Brasil, mas a equipe tem interesse nos mais diversos materiais, desde que seja possível multiplicá-los. “Temos interesse especial em materiais crioulos que são conservados por agricultores. No mês de fevereiro um agricultor nos doou dois acessos”, conta o pesquisador.

O banco armazena sementes em câmaras frias e secas com temperatura média de 17°C e umidade relativa próxima aos 35%. Anualmente, os pesquisadores farão testes de germinação dessas sementes. Quando a capacidade de germinar estiver próxima ou abaixo de 70%, os materiais serão multiplicados em campo. O objetivo é mantê-los em condições de ser usados em experimentos para o melhoramento genético de hortaliças. ■

Reservatório de genes para o futuro

A conservação de recursos em bancos de germoplasma é uma forma de evitar que os materiais que não têm uso imediato sejam perdidos e garantir que a variabilidade genética das espécies não desapareça com o tempo. “Com o constante lançamento de novos cultivares, principalmente os híbridos, parte dessa variabilidade vai se perdendo, pois os agricultores adotam os cultivares modernos e abandonam os materiais tradicionais ou crioulos. Cabe, então, aos órgãos oficiais de pesquisa ou ONGs procurar conservar essa variabilidade”, explica Daniel Pedrosa Alves, pesquisador da Epagri.

Os bancos de germoplasma também são fundamentais para o trabalho de melhoramento genético. Eles servem como reservatórios de genes onde os pesquisadores buscam material para desenvolver novos cultivares com características que interessam à sociedade, como maior produtividade, resistência a doenças e maior tolerância à seca. “Esse potencial uso futuro de alguns materiais é muito importante para a manutenção da aptidão do estado de Santa Catarina para a cultura, haja vista que a adaptação dos cultivares às constantes alterações climáticas que o mundo vem sofrendo passará invariavelmente por esses recursos”, ressalta o pesquisador.



O banco armazena acessos com diferentes tipos de bulbos

Agricultura é o setor mais afetado por desastres naturais

Um levantamento da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) revela que 22% dos prejuízos causados por desastres naturais como secas e cheias provocadas por tempestades ou tsunamis nos países em desenvolvimento recaem sobre o setor agrícola. O estudo usou como base 78 avaliações das necessidades pós-catástrofe em 48 pa-

íses em desenvolvimento entre 2003 e 2013.

Para obter uma estimativa mais precisa dos custos, a FAO comparou as quedas de produção durante e após os desastres com a evolução da produção em 67 países afetados por pelo menos um evento de média ou larga escala entre 2003 e 2013. O resultado: US\$ 70 bilhões em danos no período.

A FAO aponta que, normalmente, são as comunidades rurais e semirurais pobres que sofrem essas perdas, carecendo de seguros e recursos financeiros para recuperar os meios de vida perdidos. Apesar disso, no período avaliado, apenas 4,5% da assistência humanitária foi destinada à agricultura após os desastres.

Para ajudar os países a se preparar e responder melhor aos desastres que afetam a agricultura, a FAO

lançou um novo mecanismo com o objetivo de canalizar o apoio técnico para onde ele é mais necessário. “Prendemos limitar a exposição das pessoas aos riscos, evitar e reduzir os impactos quando possível e aumentar a capacidade de resposta quando as catástrofes ocorrerem”, disse o diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva.

Em todo o mundo, o sustento de 2,5 bilhões de pessoas depende da agricultura. Os pequenos agricultores, pecuaristas, pescadores e as comunidades que dependem das florestas geram mais de metade da produção agrícola mundial e são vulneráveis às catástrofes que destroem colheitas, equipamentos, animais, sementes e plantações.

As perdas também afetam setores que dependem da agricultura e impactam nos fluxos comerciais. Entre 2003 e 2013, os países analisados tiveram aumento de US\$18,9 bilhões nas importações agrícolas e queda de US\$ 14,9 bilhões de dólares nas exportações agrícolas após os desastres. ■



A FAO registrou US\$ 70 bilhões em perdas agrícolas em 67 países entre 2003 e 2013

Foto: Merguente

Retorno social da Epagri alcança R\$1,15 bilhão

O Balanço Social de 2014 da Epagri, publicado neste ano, revela uma marca inédita: pela primeira vez, a contribuição da Empresa no retorno social que suas tecnologias e ações geraram para Santa Catarina ultrapassou a marca do bilhão, totalizando R\$1,15 bilhão em benefícios. “Considerando a contribuição de todos os agentes econômicos, científicos e sociais que participaram do processo, o retorno global das tecnologias geradas pela Epagri é ainda maior, somando R\$3,27 bilhões”, acrescenta o economista Luiz Toresan, coordenador do Balanço Social da Epagri.

A sexta edição do documento revela, ainda, que o retorno social que os catarinenses obtiveram para cada real investido na Epagri alcançou R\$3,58. Nos cálculos, foram considerados os impactos sociais, ambientais e econômicos de 93 tecnologias desenvolvidas ou difundidas pela Empresa. Essas tecnologias resultam em benefícios como aumento de

produtividade, redução de custos, agregação de valor e expansão das culturas em novas áreas.

Ao longo de 2014, a Epagri atendeu 117.709 famílias e 3.006 entidades em todas as regiões de Santa Catarina. A publicação traz como destaque histórias de jovens que estão empreendendo

com sucesso no meio rural. “Na contramão do êxodo rural, muitos deles estão provando que é possível viver com boa renda e qualidade de vida no campo, construindo um futuro próspero sem abrir mão de conforto, lazer e tecnologia”, ressalta Luiz Ademir Hessmann, presidente da Epagri. ■



Balanço Social destaca jovens que estão empreendendo com sucesso no campo

Foto: Aires C. Mânica/Epagri

Mudanças climáticas podem rebaixar VPA catarinense

Uma elevação de 1% nas temperaturas médias anuais provocaria uma queda de 0,67% no Valor da Produção Agrícola (VPA) catarinense. Por outro lado, uma elevação de 1% na precipitação causaria aumento de 0,03% no VPA do Estado. Essas são algumas das conclusões da pesquisa conduzida pela economista Nicole Renó Castro para conclusão do mestrado em Economia Aplicada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/ESALQ).

O trabalho de dissertação apurou que os efeitos adversos produzidos por mudanças nas condições climáticas médias sobre o setor agrícola são divergentes entre os estados, sendo mais atrelados às variações de temperatura. Segundo o estudo, a agricultura praticada na Região Centro-Oeste tem sido a menos vulnerável em relação às variações de temperatura.

Nicole avaliou empiricamente e sob um enfoque econômico o impacto potencial das variáveis climáticas (em termos anuais) no VPA agregado dos principais estados produtores do País. A análise foi realizada a partir de um modelo de efeitos fixos aplicado a um painel de dados com dez estados (Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) durante 23 anos (1990 a 2012).

Para cômputo do valor de produção real em cada estado a pesquisadora considerou uma cesta de produtos, escolhidos de acordo com a relevância nacional e a disponibilidade de informações. Em Santa Catarina foram avaliadas soja, cana, milho, arroz, mandioca, laranja, feijão, fumo, tomate, batata, trigo e cebola. Tais produtos respondem por 82% do VPA catarinense gerado entre 1990 e 2012.

A pesquisadora explica que Santa Catarina foi selecionada para a pesquisa por ser o sétimo estado com maior representatividade no Valor Bruto de Produção (VBP) agrícola nacional entre 1990 e 2012. O Estado catarinense respondeu por uma taxa média de 4% do VBP brasileiro no período, atrás de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas

Foto: Altas Marins/Agapi



Arroz foi uma das culturas avaliadas pela pesquisa em Santa Catarina

Gerais, Mato Grosso e Bahia.

Para complementar o estudo, Nicole avaliou a evolução e a caracterização das principais variáveis agroeconômicas utilizadas no modelo para cada estado. Uma das medidas calculadas foi a de produtividade. Santa Catarina se destacou com um crescimento de 90% no período estudado. Para a média dos dez estados analisados, foi observado um crescimento de 60%. Em 2012, especificamente, o Estado catarinense apresentou produtividade das lavouras 32% superior à média dos dez estados acompanhados. Foram 4,4 mil R\$/ha para Santa Catarina contra 3,3 mil R\$/ha para a média dos estados.

Em relação ao uso de fertilizantes, o estudo revelou uma expansão maior em Santa Catarina do que nos outros estados pesquisados. Enquanto no território catarinense o uso de fertilizantes cresceu 297% no período estudado, nos outros estados esse crescimento foi de 145% em média.

A dissertação também avaliou a evolução da mão de obra empregada nas lavouras, constatando redução de 51% no número de trabalhadores, caindo de 8,4 milhões de pessoas em 1990 para 4,12 milhões em 2012. Em Santa Catarina, a redução foi mais intensa, de 667

mil para 207 mil (redução de 69%). Em relação às horas trabalhadas semanalmente, foi verificada redução de 14% por pessoa na média dos estados e de 16,5% em Santa Catarina.

A escolaridade das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas aumentou 85% para a média dos estados, entre 1992 e 2012. Em Santa Catarina o aumento da escolaridade foi menor, de 45%. “Entretanto, em 1992, Santa Catarina já apresentava uma média de escolaridade elevada em relação aos demais estados da amostra, com 3,8 anos, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, com 4 anos”, avalia Nicole.

A pesquisadora ressalta que os resultados encontrados no estudo foram estimados com base em flutuações ano a ano das variáveis climáticas (curto prazo), de modo que os efeitos de longo prazo podem ser diferentes – maiores, ou menores. Ela lembra que ao longo do tempo os produtores podem se adaptar às mudanças no clima, atenuado os impactos. Em contrapartida, mudanças climáticas sistemáticas podem implicar efeitos adicionais de longo prazo, como efeitos na disponibilidade de água e na qualidade do solo, por exemplo, o que ocasionaria impactos mais expressivos no futuro. ■

SC combate a vespa-da-madeira nos plantios de pinus

Entidades de Santa Catarina se uniram para monitorar e controlar a vespa-da-madeira (*Sirex noctilio*), principal praga dos reflorestamentos de pinus no Brasil. A parceria envolve a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Florestas) e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

A intenção é unir esforços para que a vespa não prejudique os reflorestamentos no Estado como já aconteceu na década de 1990, quando algumas áreas tiveram até 60% da produtividade afetada. De acordo com a Cidasc, aproximadamente 40% das áreas plantadas em Santa Catarina são prejudicadas pela presença da praga, que se não for controlada pode afetar todos os reflorestamentos do Estado em alguns anos.

A Secretaria da Agricultura destinou R\$50 mil para a aquisição de nematoides que foram aplicados nos plantios

com a ajuda de técnicos treinados da Cidasc, da Epagri e de empresas reflorestadoras. O nematoide (*Beddingia siricidicola*), produzido pelo laboratório da Embrapa Florestas, é um verme de apenas um milímetro que age como inimigo natural da vespa-da-madeira, fazendo o controle biológico da praga. Ele é aplicado no tronco das plantas atacadas por meio de pequenos furos e parasita as larvas do inseto, provocando a produção de vespas adultas estéreis, controlando a multiplicação da espécie.

O nematoide evita que a vespa-da-madeira se espalhe em grande escala, o que poderia causar a mortalidade das árvores e a necessidade de um corte raso dos reflorestamentos. “Quando adulta, a vespa põe os ovos na madeira das árvores. Eles se transformam em larvas que constroem galerias no

caule da planta. Junto com os ovos, a vespa inocula um fungo que entope o sistema vascular da planta, causando a morte dela”, explica Paulo Borba, engenheiro-agrônomo da Cidasc.

Santa Catarina possui mais de 6 mil empresas atuando no setor de base florestal. De acordo com a Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR), a área plantada com pinus no Estado é de 539.377ha, a segunda maior do País. ■



Foto: Nilson Teixeira/Epagri

A área plantada no Estado abrange 539.377ha e é a segunda maior do País

Embrapa lança batata BRS Camila

Resistente ao vírus Y, que causa degeneração das sementes e reduz a produtividade e a qualidade das lavouras, o cultivar de batata BRS Camila é a última novidade da Embrapa para o mercado. Com a resistência à doença, o cultivar garante maior número de multiplicações da semente, tornando-se mais barato e de melhor qualidade. A BRS Camila também tem suscetibilidade moderada à requeima e à pinta-preta.

O cultivar é resultado de 11 anos de pesquisas dentro do Programa de Melhoramento Genético de Batata da Embrapa Clima Temperado (Pelotas, RS), Embrapa Hortaliças (Brasília, DF) e Embrapa Produtos e Mercado (Canoinhas, SC).

A BRS Camila apresenta boa aparência de tubérculos e elevado potencial produtivo. “O rendimento comercial chega a ser entre 10% e 20% superior à principal concorrente que está no mercado hoje”, estima o analista da Embrapa Produtos e Mercado, Antônio Bortoletto, com base em avaliações realizadas junto a produtores.

As batatas são ovaladas, com

olhos rasos, polpa amarelo-clara e pele amarela e lisa. Apresentam período de dormência e ciclo vegetativo médios e, além disso, têm vida de prateleira mais longa tanto no mercado quanto no armazenamento das sementes. O cultivar é indicado para plantio no sul do País e nas épocas mais frias das demais regiões produtoras.

Versátil na culinária, a batata é voltada à cocção e pode ser preparada tanto assada quanto cozida em função do seu teor de matéria seca. Nas análises sensoriais, apresentou sabor diferenciado e, por isso, também é indicada à cozinha especializada.

A expectativa é que a BRS Camila esteja nas prateleiras no primeiro semestre de 2016. Informações sobre o cultivar e a disponibilidade de sementes podem ser obtidas na Embrapa Produtos e Mercado, pelo telefone (47) 3624.0127 ou pelo e-mail spm.ecan@embrapa.br. ■



Foto: Paulo Lanzetta/Embrapa

Resistência a doenças confere alto potencial produtivo

Número de produtores orgânicos no País cresce 51%

A adesão dos agricultores brasileiros à produção orgânica de alimentos cresceu 51% entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015. A quantidade de produtores que optaram por esse caminho no período saltou de 6.719 para 10.194. As regiões onde há maior concentração são o Nordeste, com pouco mais de 4 mil, seguido de Sul (2.865) e Sudeste (2.333). As informações são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

As unidades de produção também tiveram aumento significativo. Passaram de 10.064 em janeiro de 2014 para 13.323 em janeiro deste ano, ou seja, um acréscimo de 32%. É importante ressaltar que cada produtor orgânico pode ter mais de uma unidade

de produção. Por região, o Nordeste é o líder, com 5.228 unidades de produção, seguido do Sul (3.378) e do Sudeste (2.228). No Norte, foram contabilizadas 1.337 unidades e no Centro-Oeste, 592.

A área total de produção orgânica no Brasil já chega a quase 750 mil hectares. O Sudeste é a região com maior área produtiva, chegando a 333 mil hec-

tares. Em seguida, estão as regiões Norte (158 mil hectares), Nordeste (118,4 mil hectares), Centro-Oeste (101,8 mil hectares) e Sul, com 37,6 mil hectares.

Rogério Dias, coordenador de agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa, explica que esses sistemas buscam viabilizar a produção de alimentos e outros produtos

de forma mais saudável e harmônica com a natureza. “A produção orgânica amplia a capacidade dos espaços produtivos de cumprir suas funções ecossistêmicas, tão importantes para todos os habitantes do planeta, o que contribui para o enfrentamento de problemas cada vez mais visíveis por todos, como o aquecimento global e a escassez de água”, aponta. ■



Mais de 10 mil agricultores brasileiros já optaram por esse caminho

Foto: Aires Mariz/Epaeri

Mapeamento identifica 6,4 mil feiras livres e agroecológicas no País

Em todo o Brasil, existem 5.119 feiras livres em 1.176 municípios, a maioria delas (83%) com periodicidade semanal, além de 1.331 feiras agroecológicas ou com produção orgânica em 624 municípios. Os dados são do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios (MapaSAN), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O levantamento retrata a situação de estrutura e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan) em 1.628 municípios, além de 23 estados e do Distrito Federal. Os municípios participantes correspondem a 56,8% da população brasileira. Entre eles, estão 77% das capitais e 75% das cidades com mais de 200 mil habitantes.

O mapeamento revela a existência de 951 mercados públicos ou popula-

res em 621 municípios. Esses estabelecimentos comercializam produtos a preços acessíveis, destinados prioritariamente a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os Bancos de Alimentos são outro equipamento público registrado na pesquisa. Eles recebem e distribuem gêneros alimentícios a entidades da rede socioassistencial, grupos em situação de insegurança alimentar, escolas públicas, creches, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, entre outros beneficiários. As prefeituras informaram o funcionamento de 124 bancos de alimentos em 117 cidades, em 24 estados, sendo 16 em capitais. Em média, esses equipamentos recebem e distribuem mais de 38 mil toneladas de alimentos por mês, beneficiando quase 5 mil entidades e 11,7 milhões de pessoas. ■

Alimentos seguros em SC

Santa Catarina é estado pioneiro no acompanhamento da produção orgânica por meio do Projeto de Monitoramento do Alimento Orgânico, financiado pelo programa SC Rural, da Secretaria da Agricultura e da Pesca. O projeto é desenvolvido por técnicos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) há três anos. São 300 pontos de amostragem em diversos municípios e regiões, em estabelecimentos rurais e no comércio. Os resultados comprovam que a produção orgânica catarinense – hortaliças, cereais e frutas – apresenta ótima qualidade e segurança, sem maiores contaminações. A média de conformidade dos produtos tem sido de 95%.

Epagri nas redes sociais

As redes sociais ganham cada vez mais destaque como meios de comunicação ágeis e eficientes. Atenta a esse fenômeno, a Epagri destacou, em março de 2015, equipe responsável por dinamizar as publicações, a fim de aumentar a interação com o público e usar na sua plenitude todo o potencial das redes sociais.

A Epagri mantém, desde 2011, perfis no Twitter e no Facebook. A Empresa aposta nesse tipo de mídia para se aproximar da sociedade, conferindo cada vez mais transparência a suas ações. Desde o início de 2015 as atualizações passaram a ser diárias, replicando o amplo material produzido pela pesquisa agropecuária e pela extensão rural.

A Epagri publica nas redes sociais materiais de diferentes mídias. São vídeos produzidos pelo programa de televisão SC Agricultura, áudios do programa de rádio Panorama Agrícola e textos publicados originalmente no site, na revista Agropecuária Catarinense, em

fôlderes e outras publicações. Também vão para as redes sociais textos e fotos enviados por todas as unidades da Empresa, divulgando eventos e outras atividades regionais. Por fim, são repercutidos materiais publicados por outras instituições e que possam interessar ao público da Epagri. Os temas das publicações variam. São dicas técnicas, receitas, entrevistas com autoridades e agricultores, notícias relacionadas ao mundo rural, dicas de saúde, entre outros.

Pesquisas apontam que os brasileiros passam cerca de 8 horas mensais conectados às redes sociais, com destaque para o Facebook. Sites como Facebook, Twitter e Instagram representam, em média, 75% dos acessos diários dos internautas brasileiros. O meio rural também vem se adaptando a essa realidade. A 6ª Pesquisa Comportamental e Hábitos de Mídia do Produtor Rural Brasileiro identificou que quatro em cada dez agricultores já usam a internet. ■

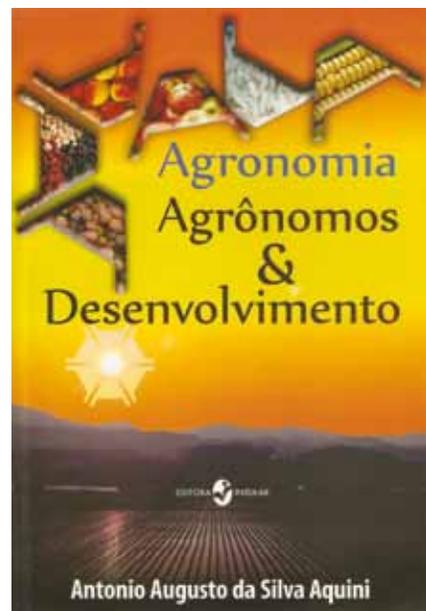
Revista ganha reconhecimento da FAO

A jornalista Cinthia Andruchak Freitas, da revista Agropecuária Catarinense, recebeu certificado de menção honrosa do 1º Prêmio de Agricultura Familiar de Jornalismo – Região Sul do Brasil no mês de abril, em Curitiba, PR. O prêmio é uma promoção da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (ONU/FAO).

A reportagem escolhida foi “Impulso para pequenas potências”, assunto de capa da edição de novembro de 2013. A matéria fala de tecnologias desenvolvidas pela Epagri que dão competitividade e sustentabilidade à agricultura familiar catarinense. ■



Livro aborda história da agronomia em SC



O engenheiro-agrônomo Antonio Augusto da Silva Aquini lançou em abril, no auditório da Epagri, em Florianópolis, a obra *Agronomia, Agrônomos & Desenvolvimento*. A publicação aborda a atividade de importantes agrônomos na pesquisa, na extensão rural, na política, na administração pública, no cooperativismo e nas culturas agrícolas de maior destaque em Santa Catarina.

A obra reúne 30 artigos que tratam de temas como pesquisa agropecuária, extensão rural, gestão federal, atividade parlamentar, cooperativa de produção, agricultura orgânica, florestas e madeiras, agrotóxicos, apicultura, produção de alho, arroz, banana, cebola, fumo, tomate, soja, uva, vinho, plantas medicinais, entre outros assuntos.

“É um documento para orientação de estudantes de agronomia, novos profissionais, agricultores e interessados em agricultura”, informa Aquini. Os interessados em adquirir o livro devem entrar em contato com a Editora Insular pelo e-mail editora@insular.com.br ou pelo telefone (48) 3232-9591. ■